



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 11516.001348/2004-62

Recurso nº. : 144.474

Matéria : IRPJ e OUTROS – EXS.: 2000 e 2001

Recorrente : IMAGEM CENTRO DE DIAGNÓSTICO MÉDICO LTDA.

Recorrida : 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC

Sessão de : 21 DE JUNHO DE 2006

Acórdão nº. : 108-08.897

**SOCIEDADES CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA - SUJEIÇÃO PASSIVA -** A partir da Lei nº 9.430/96, as sociedades civis de prestação de serviços de profissão regulamentada deixaram de ser isentas do pagamento da COFINS.

**ARGÜIÇÃO DE ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE. INCOMPETÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA APRECIAÇÃO -** As autoridades administrativas estão obrigadas à observância da legislação tributária vigente no País, sendo incompetentes para a apreciação de arguições de constitucionalidade e ilegalidade de atos legais regularmente editados.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por IMAGEM CENTRO DE DIAGNÓSTICO MÉDICO LTDA.

**ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.**

DORIVAL PADOVAN  
PRESIDENTE

MARGIL MOURÃO GIL NUNES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 28 JUL 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO, JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DA FONSECA, FERNANDO AMÉRICO WALTHER (Suplente Convocado) e JOSÉ HENRIQUE LONGO. Ausente, momentaneamente, a Conselheira KAREM JUREIDINI DIAS. Ausente, justificadamente, o Conselheiro NELSON LÓSSO FILHO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 11516.001348/2004-62

Acórdão nº. : 108-08.897

Recurso nº. : 144.474

Recorrente : IMAGEM CENTRO DE DIAGNÓSTICO MÉDICO LTDA.

**RELATÓRIO**

A empresa IMAGEM CENTRO DE DIAGNÓSTICOS MÉDICO LTDA., recorre a este Conselho contra o Acórdão DRJ/FNS nº. 4.416 prolatado pela Delegacia de Julgamento em Florianópolis - SC em 19 de agosto de 2.004, doc. fls. 366/371, onde a Autoridade Julgadora “a quo” considerou procedente a exigência, expressando seu entendimento por meio da seguinte ementa:

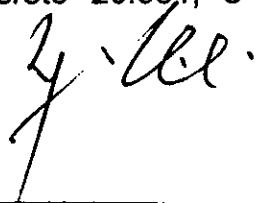
**“SOCIEDADES CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. SUJEIÇÃO PASSIVA - A partir da Lei nº 9.430/96, as sociedades civis de prestação de serviços de profissão regulamentada deixaram de ser isentas do pagamento da COFINS.**

**ARGÜIÇÃO DE ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE. INCOMPETÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA APRECIAÇÃO - As autoridades administrativas estão obrigadas à observância da legislação tributária vigente no País, sendo incompetentes para a apreciação de arguições de inconstitucionalidade e ilegalidade de atos legais regularmente editados.”**

Cientificada da decisão de primeira instância em 22/09/2004, doc.fl.374, novamente irresignada, apresenta seu recurso voluntário, protocolizado em 08/10/2004 em cujo arrazoado de fls. 375/383 repisa os mesmos argumentos expendidos na peça impugnatória, pleiteando reforma da decisão de primeira instância e o cancelamento da exigência fiscal, ou seja, em apertada síntese:

Pela LC 70/91 as sociedades civis de que trata o DL 2397/87 são isentas da COFINS;

Que o serviço médico, regulamentada pelo Decreto 20.931, é profissão legalmente regulamentada;





**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 11516.001348/2004-62  
Acórdão nº. : 108-08.897

A Isenção não foi revogada pela Lei 9.430/96;

traz colocação de julgados do Poder Judiciário sobre o assunto e cita a Súmula 276 da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos: *"As sociedades civis de prestação de serviços profissionais são isentas da COFINS, irrelevante o regime tributário adotado."*;

O arrolamento para seguimento do recurso voluntário foi efetuado através do processo 11516.002607/2004-72, informado pela recorrente, e confirmado pelo despacho da autoridade administrativa ás fls. 385.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. V. L.P.", is placed here.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 11516.001348/2004-62  
Acórdão nº. : 108-08.897

**V O T O**

Conselheiro MARGIL MOURÃO GIL NUNES, Relator

O recurso preenche os requisitos de sua admissibilidade, e dele tomo conhecimento.

A matéria objeto do recurso refere-se apenas à COFINS decorrente do lançamento do IRPJ relativos aos anos calendários 1999 e 2000, onde foram apuradas receitas não contabilizadas, manutenção no passivo de obrigações já pagas e pagamentos efetuados com recursos estranhos à contabilidade.

A recorrente argui a improcedência do lançamento, cuja capitulação legal efetuada pelo fisco foi a LC 70/91, Lei 9.249/95, Lei 9.718/98 e a MP 1.807/99.

O crédito tributário foi constituído segundo a legislação vigente.

Como bem escreveu a autoridade recorrida, "há que se dizer que muito pouco pode ser dito acerca da matéria por parte deste juízo administrativo".

Este Conselho de Contribuintes, em segunda instância, é um tribunal administrativo, e também incompetente para a apreciação da constitucionalidade das Leis, tarefa exclusiva do Poder Judiciário.

Assim, pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 21 de junho de 2006.

MARGIL MOURÃO GIL NUNES